



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FINANCEIRA E PATRIMONIAL

COMPETÊNCIA: EXERCÍCIO DE 2015

O Artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000 (aplicável aos municípios por força do artigo 64 da mesma lei), prevê a elaboração de parecer do controle interno sobre as contas anuais do gestor público apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado. Os artigos 50 e 51 da mesma LCE nº 202, estabelecem:

Art. 50. O Tribunal de Contas do Estado apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, as quais serão anexadas às do Poder Legislativo, mediante parecer prévio a ser elaborado antes do encerramento do exercício em que foram prestadas.

Art. 51. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual.

A Resolução TC 94/2014, em seu artigo 5, § 1º altera forma de envio do relatório das contas anuais de gestão do Prefeito nos mesmos prazos do sistema e-Sfinge e deverá ser assinado eletronicamente pelo respectivo responsável pela unidade central de controle interno do Poder ou Órgão a que se referir utilizando-se de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao exercício de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Situação Financeira e Patrimonial
- Limites Constitucionais e Legais
- Gestão Fiscal
- Gerenciais
- Limites Legais do Poder Legislativo

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispõe sobre o PPA (Quadriênio 2014-2017), através da Lei Municipal nº 1.590 Dezoito de Dezembro de Dois Mil e Treze, onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) (VETADO)
- d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 1.621 Dezoito de Julho de Dois Mil e Quatorze na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.651 Vinte e Três de Dezembro de Dois Mil e Quatorze, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no exercício analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MARTINHO					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1002 - Implantação de Saneamento Básico nas Comunidades Rurais	21.500,00	0,00	11.000,00	0,00	10.500,00
1005 - Construção, Alargamento e Pavimentação de Ruas e Estradas	44.000,00	8.500,00	0,00	8.500,00	44.000,00
1009 - Aquisição de Veículo para Secretaria de Educação	39.000,00	0,00	11.000,00	0,00	28.000,00
1010 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas	33.000,00	0,00	11.000,00	0,00	22.000,00
1011 - Aquisição de Terreno para Construção de Escolas	22.000,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
1012 - Construção e Reforma de Ginásio de Esporte, Campos de Futebol	89.000,00	10.000,00	0,00	65.585,51	33.414,49
1014 - Sinalização Turística	28.000,00	0,00	2.000,00	0,00	26.000,00
1015 - Construção de Ponte de Concreto Sede Município	2.651.000,00	0,00	92.000,00	308.021,51	2.250.978,49
1018 - Implantação do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos	801.000,00	0,00	0,00	0,00	801.000,00
1023 - Aquisição de Veículos, Máquinas, Equipamentos e Implementos					



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	112.000,00	76.304,52	22.000,00	100.705,00	65.599,52
1027 - Construção de Quadra Coberta na Escola Rodolfo Rocha	267.000,00	0,00	17.000,00	0,00	250.000,00
1038 - Construção Ginásio de Esportes Rio São João/Rio Gabiroba	50.000,00	0,00	5.000,00	0,00	45.000,00
1042 - Construção e Ampliação de Redes de Esgoto Sanitário	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
1053 - Manutenção da Banda Municipal	44.500,00	0,00	33.000,00	0,00	11.500,00
1063 - Pavimentação, Drenagem e Revitalização de Ruas, Praças e Jar	322.000,00	600.000,00	0,00	27.857,25	894.142,75
1064 - Aquisição de Ônibus Escolar	454.000,00	0,00	0,00	0,00	454.000,00
1065 - Construção e Ampliação da Creche da Sede	84.000,00	0,00	28.000,00	0,00	56.000,00
1070 - Aquisição de Veículo para a Secretaria de Turismo	50.000,00	0,00	10.000,00	0,00	40.000,00
1073 - Aquisição de Veículo	85.000,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00
1074 - Aquisição de Terreno para Construção de Creche	102.000,00	0,00	22.000,00	0,00	80.000,00
1075 - Construção e Reforma de Portal Turístico	11.000,00	0,00	10.655,85	0,00	344,15
1092 - Implantação de sistema de vigilância para monitoramento	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
1093 - Aquisição de Escavadeira Hidráulica	401.000,00	125.304,52	15.304,52	413.850,63	97.149,37
1094 - Aquisição de Tratores Agrícolas	301.000,00	0,00	0,00	97.500,00	203.500,00
1095 - Aquisição de Equipamentos para Desenvolvimento da Psicultura	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
1096 - Asfaltamento da Rua Germano Effting	236.000,00	0,00	0,00	0,00	236.000,00
1097 - Asfaltamento da Rua Antônio Schotten	261.000,00	0,00	0,00	0,00	261.000,00
1098 - Asfaltamento da Rodovia Municipal Max Steiner	431.000,00	0,00	0,00	0,00	431.000,00
1099 - Asfaltamento e Drenagem da Avenida Frederico Schumacher	1.711.000,00	63.185,25	0,00	358.021,72	1.416.163,53
1100 - Pavimentação da Rua Rodolfo Steiner	113.000,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00
1101 - Pavimentação da Rua Julita Laureth Doerner	76.000,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
1102 - Pavimentação da Rua Romário Cardoso	86.700,00	0,00	0,00	0,00	86.700,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

1103 - Pavimentação da Rua Rosinete Esteves Vieira	69.000,00	0,00	0,00	0,00	69.000,00
1104 - Pavimentação da Rua Fridolino Effting	256.000,00	0,00	0,00	0,00	256.000,00
1105 - Pavimentação da Rua Reinildes Hülse Effting	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
1106 - Pavimentação da Rua Projetada 30	35.700,00	0,00	0,00	0,00	35.700,00
1107 - Pavimentação da Rua Ana Hellmann Back	39.700,00	0,00	0,00	0,00	39.700,00
1108 - Pavimentação da Rua Projetada 007 - Rio São João	302.700,00	0,00	0,00	0,00	302.700,00
1109 - Pavimentação da Rua Projetada 011 - Rio São João	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
1110 - Construção de nova Escola Rodolfo Rocha	1.101.000,00	0,00	0,00	0,00	1.101.000,00
1111 - Construção de Quadra Coberta na Escola de Rio São João	251.000,00	0,00	0,00	0,00	251.000,00
1112 - Construção do Centro de Informação Turística	351.000,00	5.655,85	0,00	63.330,12	293.325,73
1117 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	532.500,00	0,00	50.000,00	0,00	482.500,00
1118 - Aquisição de Terreno para Implantação de Centro de Triagem d	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
1122 - Aquisição de Terreno para Implantação do Abatedouro Público	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1123 - Implantação do Abatedouro Público Municipal	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1124 - Asfaltamento/Recapeamento Aastaltico no Perímetro Urbano no R	301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00
1125 - Pavimentação Perímetro Urbano Vargem do Cedro	251.000,00	111.000,00	0,00	9.056,57	352.943,43
1128 - Aquisição de Terreno para Implantação de Cemitério Público M	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1129 - Implantação de Usina de Beneficiamento de Leite	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00
1130 - Construção e Manutenção de Rede de Abastecimento de Água	0,00	52.910,77	0,00	0,00	52.910,77
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	325.000,00	108.000,00	45.000,00	345.734,58	42.265,42
2003 - Manutenção da Segurança Pública	34.000,00	0,00	0,00	24.658,84	9.341,16
2004 - Manutenção dos Retransmissores de TV local	2.500,00	0,00	0,00	1.505,63	994,37



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

2005 - Manutenção dos Serviços Fazendários e Contábeis	1.129.000,00	219.000,00	109.000,00	1.140.578,16	98.421,84
2006 - Contribuição ao PASEP	147.000,00	0,00	0,00	143.387,72	3.612,28
2007 - Assistência ao Produtor Rural	679.000,00	150.000,00	159.000,00	595.563,26	74.436,74
2008 - Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras	1.989.000,00	320.476,03	380.000,00	1.694.878,96	234.597,07
2009 - Manutenção de Creche	179.000,00	10.000,00	17.000,00	151.728,26	20.271,74
2010 - Manutenção da Merenda Escolar - Creche	23.000,00	24.000,00	0,00	39.091,50	7.908,50
2011 - Manutenção do Pré Escolar	154.500,00	48.000,00	45.000,00	148.323,02	9.176,98
2013 - Manutenção do Ensino Fundamental	234.000,00	0,00	0,00	228.489,45	5.510,55
2015 - Manutenção do Fundeb 60%	1.107.000,00	18.945,28	0,00	980.641,89	145.303,39
2016 - Manutenção do Fundeb 40%	35.000,00	23.701,90	23.000,00	11.279,34	24.422,56
2017 - Manutenção das Despesas com Salário Educação	94.000,00	60.025,65	19.500,00	124.321,29	10.204,36
2020 - Manutenção do Ensino Supletivo	13.000,00	0,00	12.000,00	0,00	1.000,00
2021 - Manutenção da Educação Especial	89.200,00	0,00	0,00	62.256,19	26.943,81
2022 - Manutenção do Desporto Amador	70.000,00	32.000,00	17.000,00	74.241,02	10.758,98
2023 - Manutenção do F.I.A.	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
2024 - Profissionalização e Incrementação do Turismo	69.000,00	5.000,00	23.000,00	23.387,67	27.612,33
2025 - Manutenção das Atividades Culturais	96.000,00	0,00	0,00	76.639,69	19.360,31
2026 - Manutenção dos Serviços Urbanísticos	412.000,00	136.000,00	88.000,00	337.543,83	122.456,17
2027 - Preservação do Meio Ambiente	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
2028 - Pagamento de Precatórios	5.500,00	0,00	750,00	0,00	4.750,00
2029 - Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar	13.500,00	20.000,00	0,00	11.904,06	21.595,94
2055 - Manutenção da Festa do Produto Colonial	250.000,00	0,00	48.000,00	1.696,00	200.304,00
2057 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental					



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	428.000,00	118.000,00	38.000,00	461.577,40	46.422,60
2058 - Manutenção da Inclusão Digital					
	48.000,00	0,00	14.000,00	8.778,71	25.221,29
2066 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil					
	22.000,00	10.000,00	0,00	20.005,46	11.994,54
2067 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio					
	55.000,00	10.000,00	0,00	53.704,96	11.295,04
2068 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior					
	11.000,00	0,00	0,00	9.803,42	1.196,58
2069 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental					
	36.000,00	5.000,00	6.000,00	26.928,34	8.071,66
2070 - Manutenção da Biblioteca Pública Municipal					
	14.500,00	2.500,00	2.500,00	12.953,36	1.546,64
2072 - Manutenção da Merenda Escolar - Pré					
	14.000,00	22.507,07	0,00	24.836,85	11.670,22
2074 - Manutenção de Festival Gastronômico					
	20.000,00	0,00	0,00	3.115,32	16.884,68
2078 - Ações sob encargos do CIGA					
	2.280,00	750,00	0,00	2.820,00	210,00
2080 - Manutenção da Secretaria de Educação					
	370.000,00	20.000,00	215.000,00	156.277,45	18.722,55
2081 - Implantação e Manutenção de Cemitério Público Municipal					
	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
2082 - Manutenção do Fundeb 40% Educação Infantil na Creche					
	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2083 - Manutenção do Fundeb 40% Educação Infantil na Pré-Escola					
	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2085 - Manutenção dos Agentes de Defesa Civil					
	91.000,00	0,00	0,00	65.471,74	25.528,26
2086 - Manutenção da Junta do Serviço Militar					
	18.000,00	0,00	0,00	11.359,79	6.640,21
2999 - Reserva de Contingência					
	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Total da Unidade	21.634.280,00	2.416.766,84	1.708.710,37	8.527.911,47	13.814.425,00

Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL SAO MARTINHO

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1043 - Aquisição de Terreno para Funcionamento do CRAS					
	71.000,00	0,00	1.000,00	0,00	70.000,00
1044 - Construção de Prédio para funcionamento do CRAS					
	166.000,00	0,00	1.000,00	0,00	165.000,00
1076 - Aquisição de Veículos para a Secretaria de Assistência Social					
	37.000,00	0,00	1.000,00	0,00	36.000,00
1113 - Construção de Centro de Convivência dos Idosos					
	401.000,00	0,00	1.000,00	0,00	400.000,00
1116 - Construção de Centro Multi-uso					



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	601.000,00	0,00	1.000,00	0,00	600.000,00
1119 - Aquisição de Terreno para Centro de Convivência dos Idosos					
	71.000,00	0,00	1.000,00	0,00	70.000,00
1120 - Aquisição de Terreno para o Centro Multi-uso					
	101.000,00	0,00	1.000,00	0,00	100.000,00
1121 - Aquisição de Veículos para o CRAS					
	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social					
	168.500,00	120.500,00	22.500,00	241.246,11	25.253,89
2050 - Manutenção do Programa de Apoio a Pessoa Idosa					
	44.000,00	0,00	3.000,00	16.786,10	24.213,90
2052 - Proteção Social Especial de Média Complexidade					
	55.000,00	0,00	46.000,00	0,00	9.000,00
2053 - Manutenção do Programa Bolsa Família					
	9.600,00	3.964,18	0,00	0,00	13.564,18
2059 - Manutenção do CRAS					
	184.500,00	42.000,00	4.000,00	160.993,14	61.506,86
2061 - Manutenção do PAIF					
	106.500,00	3.696,51	0,00	17.121,55	93.074,96
2071 - Ações ao Encargo do CIACA					
	24.000,00	19.000,00	9.000,00	27.126,00	6.874,00
2075 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)					
	108.000,00	7.925,24	0,00	92.054,25	23.870,99
2076 - Manutenção do Índice de Gestão Descentralizada SUAS (IGDSUAS)					
	12.000,00	0,00	0,00	1.081,60	10.918,40
2079 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar Municipal					
	59.000,00	30.000,00	0,00	73.188,23	15.811,77
2084 - Serviço de Proteção Social Especial a Adolescente e Serviços					
	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Total da Unidade	2.264.100,00	227.085,93	91.500,00	629.596,98	1.770.088,95

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MARTINHO

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1021 - Equipar Postos de Saúde					
	45.500,00	0,00	17.000,00	0,00	28.500,00
1022 - Aquisição de Veiculo para o Fundo Municipal de Saúde					
	33.000,00	0,00	5.000,00	0,00	28.000,00
1047 - Aquisição de uma Ambulância Completa					
	121.000,00	0,00	0,00	0,00	121.000,00
1048 - Ampliação do Posto de Saúde Central					
	201.000,00	0,00	0,00	0,00	201.000,00
1114 - Construção de novo Posto de Saúde em Rio Gabiroba					
	409.000,00	0,00	0,00	0,00	409.000,00
1115 - Construção de novo Posto de Saúde em Vargem do Cedro					
	409.000,00	12.000,00	0,00	321.911,68	99.088,32



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2040 - Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde	121.000,00	82.000,00	1.000,00	172.394,62	29.605,38
2041 - Manutenção dos Serviços Básicos de Saúde	1.725.500,00	1.022.750,65	458.000,00	2.079.215,20	211.035,45
2042 - Manutenção do Programa de Saúde Bucal	77.000,00	4.000,00	1.000,00	53.198,38	26.801,62
2043 - Manutenção do Programa Saúde da Família	257.000,00	15.000,00	161.000,00	88.747,33	22.252,67
2044 - Manutenção da Assistência a Farmácia Básica	42.000,00	29.511,69	0,00	55.937,92	15.573,77
2046 - Manutenção da Vigilância Sanitária	46.000,00	15.116,43	0,00	33.068,80	28.047,63
2047 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	27.000,00	25.081,45	0,00	36.972,41	15.109,04
2056 - Manutenção do Piso de Atenção Básica - PAB	94.000,00	0,00	0,00	91.122,46	2.877,54
2060 - Ações ao Encargo do CIS Amurel	53.500,00	0,00	0,00	29.732,00	23.768,00
2064 - Manutenção do NASF/SC	99.000,00	10.392,37	34.000,00	54.650,60	20.741,77
2087 - Atenção a Saúde da População para Procedimentos de Média e A	0,00	124.568,96	0,00	102.665,00	21.903,96
Total da Unidade	3.760.500,00	1.340.421,55	677.000,00	3.119.616,40	1.304.305,15

Unidade Gestora: 04 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO MARTINHO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - Administração Legislativa Municipal	650.000,00	8.468,90	8.468,90	649.945,00	55,00
Total da Unidade	650.000,00	8.468,90	8.468,90	649.945,00	55,00

Total Geral	28.308.880,00	3.992.743,22	2.485.679,27	12.927.069,85	16.888.874,10
--------------------	----------------------	---------------------	---------------------	----------------------	----------------------

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.651 Vinte e Três de Dezembro de Dois Mil e Quatorze, estima a Receita em R\$ 28.308.880,00 e fixa a Despesa em igual valor. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 55.000,00 o que corresponde a 0.19% do orçamento da despesa.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MARTINHO						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Anulação	1.660	29/01/2015	3.041	29/01/2015	12.000,00
Suplementar	Suplementação	1.660	29/01/2015	3.041	29/01/2015	12.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.651	23/01/2015	3.055	08/04/2015	23.116,43
Suplementar	Superávit Financeiro	1.651	23/01/2015	3.056	08/04/2015	29.511,69
Suplementar	Superávit Financeiro	1.651	23/01/2015	3.057	08/04/2015	2.392,37
Suplementar	Superávit Financeiro	1.651	23/01/2015	3.058	08/04/2015	69.300,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.066	08/04/2015	110.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.066	08/04/2015	110.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.651	23/01/2015	3.071	07/05/2015	63.450,65
Especial	Superávit Financeiro	1.651	23/01/2015	3.072	07/05/2015	74.568,96
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.084	03/06/2015	80.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.084	03/06/2015	80.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.086	03/06/2015	40.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.086	03/06/2015	40.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.089	17/06/2015	10.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.089	17/06/2015	10.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.092	17/06/2015	5.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.092	17/06/2015	5.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.094	24/06/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.094	24/06/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	1.651	23/01/2015	3.096	03/07/2015	96.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.101	05/08/2015	70.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.101	05/08/2015	70.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	1.651	23/01/2015	3.111	27/08/2015	234.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.117	16/10/2015	9.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.117	16/10/2015	9.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.121	28/10/2015	30.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.121	28/10/2015	30.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.140	18/11/2015	148.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.140	18/11/2015	148.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	1.651	23/01/2015	3.141	18/11/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.144	18/11/2015	14.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.144	18/11/2015	14.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.651	23/01/2015	3.146	18/11/2015	11.081,45
Especial	Excesso de Arrecadação	1.651	23/01/2015	3.149	25/11/2015	50.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.152	02/12/2015	27.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.152	02/12/2015	27.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/01/2015	3.162	16/12/2015	72.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/01/2015	3.162	16/12/2015	72.000,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Totais da Unidade

1.000.421,55

Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL SAO MARTINHO

Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	1.671	08/04/2015	3.059	08/04/2015	3.696,51
Especial	Superávit Financeiro	1.673	08/04/2015	3.061	08/04/2015	7.925,24
Suplementar	Suplementação	1.677	08/04/2015	3.065	08/04/2015	9.000,00
Suplementar	Anulação	1.677	08/04/2015	3.065	08/04/2015	9.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.672	08/04/2015	3.060	08/04/2015	3.964,18
Suplementar	Anulação	1.651	23/12/2014	3.083	03/06/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/12/2014	3.083	03/06/2015	20.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	1.651	23/12/2014	3.091	17/06/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/12/2014	3.109	27/08/2015	45.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/12/2014	3.109	27/08/2015	45.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	1.651	23/12/2014	3.110	27/08/2015	110.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/12/2014	3.112	09/09/2015	2.500,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/12/2014	3.112	09/09/2015	2.500,00
Suplementar	Anulação	1.737	28/10/2015	3.125	28/10/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.737	28/10/2015	3.125	28/10/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	23/12/2014	3.143	18/11/2015	5.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	23/12/2014	3.143	18/11/2015	5.000,00

Totais da Unidade

107.085,93

Unidade Gestora: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MARTINHO

Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Anulação	1.658	01/01/2015	3.039	29/01/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.658	01/01/2015	3.039	29/01/2015	10.000,00
Suplementar	Anulação	1.659	03/02/2015	3.040	29/01/2015	5.000,00
Suplementar	Suplementação	1.659	03/02/2015	3.040	29/01/2015	5.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.651	02/12/2014	3.046	06/02/2015	125.304,52
Especial	Superávit Financeiro	1.651	02/12/2014	3.047	20/02/2015	233.476,03
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.665	13/03/2015	3.049	13/03/2015	61.000,00
Especial	Suplementação	1.666	13/03/2015	3.050	13/03/2015	15.304,52
Especial	Anulação	1.666	13/03/2015	3.050	13/03/2015	15.304,52
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.062	08/04/2015	100.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.062	08/04/2015	100.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.063	08/04/2015	20.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.063	08/04/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.064	08/04/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.064	08/04/2015	50.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.067	08/04/2015	30.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.067	08/04/2015	30.000,00
Suplementar	Suplementação	1.688	07/05/2015	3.074	07/05/2015	40.000,00
Suplementar	Anulação	1.688	07/05/2015	3.074	07/05/2015	40.000,00
Especial	Operação de Credito	1.687	07/05/2015	3.073	07/05/2015	600.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.075	07/05/2015	19.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.075	07/05/2015	19.000,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.076	07/05/2015	92.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.076	07/05/2015	92.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.082	03/06/2015	7.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.081	03/06/2015	30.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.081	03/06/2015	30.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.082	03/06/2015	7.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.085	03/06/2015	5.655,85
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.085	03/06/2015	5.655,85
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.090	17/06/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementa Dotação Transferida	1.651	02/12/2014	3.091	17/06/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.087	10/06/2015	15.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.087	10/06/2015	15.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.088	10/06/2015	98.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.088	10/06/2015	98.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.090	17/06/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementa Dotação Transferida	1.651	02/12/2014	3.096	03/07/2015	96.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.102	05/08/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.102	05/08/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.108	27/08/2015	23.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.103	05/08/2015	15.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.103	05/08/2015	15.000,00
Suplementar	Suplementa Dotação Transferida	1.651	02/12/2014	3.110	27/08/2015	110.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.104	05/08/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementa Dotação Transferida	1.651	02/12/2014	3.111	27/08/2015	234.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.104	05/08/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.105	05/08/2015	60.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.105	05/08/2015	60.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.108	27/08/2015	23.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.106	27/08/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.106	27/08/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.107	27/08/2015	8.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.107	27/08/2015	8.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.123	28/10/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.114	16/10/2015	9.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.137	28/10/2015	3.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.135	28/10/2015	25.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.128	28/10/2015	38.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.133	28/10/2015	39.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.114	16/10/2015	9.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.115	16/10/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.115	16/10/2015	20.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.116	16/10/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.136	28/10/2015	37.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.132	28/10/2015	40.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.116	16/10/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.128	28/10/2015	38.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.126	28/10/2015	20.000,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.122	28/10/2015	15.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.126	28/10/2015	20.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.122	28/10/2015	15.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.132	28/10/2015	40.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.136	28/10/2015	37.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.137	28/10/2015	3.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.133	28/10/2015	39.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.135	28/10/2015	25.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.123	28/10/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.134	28/10/2015	27.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.124	28/10/2015	60.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.127	28/10/2015	2.500,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.124	28/10/2015	60.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.134	28/10/2015	27.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.127	28/10/2015	2.500,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.742	28/10/2015	3.130	28/10/2015	18.945,28
Suplementar	Superávit Financeiro	1.743	28/10/2015	3.131	28/10/2015	11.540,97
Suplementar	Superávit Financeiro	1.741	28/10/2015	3.129	28/10/2015	701,90
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.138	06/11/2015	3.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.138	06/11/2015	3.000,00
Especial	Convênios	1.651	02/12/2014	3.139	13/11/2015	52.910,77
Suplementar	Suplementa Dotação Transferida	1.651	02/12/2014	3.141	18/11/2015	10.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.142	18/11/2015	50.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.142	18/11/2015	50.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.759	18/11/2015	3.145	18/11/2015	26.685,25
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.159	16/12/2015	9.500,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.651	02/12/2014	3.150	02/12/2015	8.507,07
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.651	02/12/2014	3.164	23/12/2015	9.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.651	02/12/2014	3.151	02/12/2015	19.984,68
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.156	10/12/2015	3.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.156	10/12/2015	3.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.157	10/12/2015	750,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.157	10/12/2015	750,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.159	16/12/2015	9.500,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.160	16/12/2015	5.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.160	16/12/2015	5.000,00
Suplementar	Suplementação	1.651	02/12/2014	3.161	16/12/2015	67.000,00
Suplementar	Anulação	1.651	02/12/2014	3.161	16/12/2015	67.000,00
Suplementar	Suplementação	1.779	23/12/2015	3.163	23/12/2015	12.000,00
Suplementar	Anulação	1.779	23/12/2015	3.163	23/12/2015	12.000,00
Totais da Unidade						2.876.766,84

Unidade Gestora: 04 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO MARTINHO

Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Suplementação	1.717	04/08/2015	1.717	05/08/2015	6.474,00
Suplementar	Anulação	1.717	04/08/2015	1.717	05/08/2015	6.474,00
Suplementar	Suplementação	1.728	13/10/2015	1.728	16/10/2015	600,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Suplementar	Anulação	1.728	13/10/2015	1.728	16/10/2015	600,00
Suplementar	Suplementação	1.752	03/11/2015	1.752	05/11/2015	1.260,00
Suplementar	Anulação	1.752	03/11/2015	1.752	05/11/2015	1.260,00
Suplementar	Suplementação	1.763	24/11/2015	1.763	26/11/2015	134,90
Suplementar	Anulação	1.763	24/11/2015	1.763	26/11/2015	134,90
Totais da Unidade						8.468,90
Total Geral:						3.992.743,22

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 3.992.743,22. Destes, R\$ 2.958.557,70 referem-se a créditos adicionais suplementares. R\$ 1.034.185,52 referem-se a créditos adicionais especiais. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 2.485.679,27. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Exercício
I) Créditos Orçamentários	49.275.740,00
Ordinários	49.220.740,00
Reserva de Contingência	55.000,00
II) Créditos Adicionais	3.992.743,22
Suplementar	2.958.557,70
Especial	1.034.185,52
Extraordinário	0,00
III) Anulações de Créditos	2.485.679,27
Anulações	2.485.679,27
IV) Créditos Autorizados (I+II-III)	50.782.803,95

Os créditos adicionais realizados conforme demonstra o quadro anterior, tiveram sua origem e autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Leis Municipais específicas, de conformidade com o que segue:

Origem dos créditos Autorizados				
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	Percentual Autorizado	Valor Autorizado	No Exercício	
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	0.00	0,00	3.136.510,47	0.00%
Limite Legal - Cumprido			-3.136.510,47	100,00%
CRÉDITOS AUTORIZADOS (LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA)			No Exercício	
Créditos Autorizados (Leis Municipais Específicas)			856.232,75	

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

Receitas	
Receitas Orçamentárias (I)	28.308.880,00
Receitas Correntes	13.075.280,00
Receita Tributária	459.000,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	27.600,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Receita de Serviços	175.000,00
Transferências Correntes	14.515.500,00
(-) Deduções das Transferências Correntes	-2.357.320,00
Outras Receitas Correntes	255.500,00
Receitas de Capital	15.233.600,00
Operação de crédito	0,00
Alienação de Bens	46.600,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	15.187.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas De Capital Intra-Orçamentárias	0,00
Total Geral	28.308.880,00

Despesas	
Despesas Orçamentárias (I)	29.815.943,95
Despesas Correntes	12.861.752,31
Pessoal e Encargos Sociais	6.293.557,18
Juros e Amortização da Dívida	106.400,00
Outras Despesas Correntes	6.461.795,13
Despesas Capital	16.899.191,64
Investimentos	16.645.291,64
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	253.900,00
Reserva de Contingência	55.000,00
Reserva de Contingencia	55.000,00
Total Geral	29.815.943,95

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a “velocidade” que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve “pisar o pé no freio”. Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá “acelerar” um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) No Exercício em análise, verifica-se Superávit de execução orçamentária no valor de R\$ 103.466,88.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Superávit
13.030.536,73	12.927.069,85	103.466,88

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) no exercício analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 152.219,71.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
13.030.536,73	12.878.317,02	152.219,71

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício importou em R\$ 13.030.536,73 equivalente a 46.03% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas No Exercício	
Receitas Correntes (I)	13.075.280,00	11.144.124,42	85.23%
Receitas de Capital (II)	15.233.600,00	1.886.412,31	12.38%
TOTAL (+II)	28.308.880,00	13.030.536,73	46.03%

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada no exercício importou em R\$ 595.236,26 equivalente a 4.57% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada no exercício importou em R\$ 134.746,29 equivalente a 1.03% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

A Receita de Serviços arrecadada no exercício importou em R\$ 108.422,74 equivalente a 0.83% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas no exercício importaram em R\$ 9.708.125,16 equivalente a 74.50% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados no exercício importaram em R\$ 597.593,97 equivalente a 4.59% do total arrecadado.

Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, no exercício, importou em R\$ 120.111,00 equivalente a 0.92% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas no exercício importaram em R\$ 1.766.301,31 equivalente a 13.56% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada No Exercício importou em R\$ 12.927.069,85, equivalente a 43.36% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
29.815.943,95	12.927.069,85	43.36%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada No Exercício importou em R\$ 12.878.317,02, equivalendo a 99.62% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
12.927.069,85	12.878.317,02	99.62%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga No Exercício importou em R\$ 12.835.612,77, equivalente a 99.67% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
12.878.317,02	12.835.612,77	99.67%

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
Gabinete do Prefeito	469.413,35	469.413,35	468.337,77
Secretaria de Administração e Finanças	1.286.785,88	1.286.785,88	1.285.035,03
Secretaria de Agricultura e Des.Florest. e Energia	1.207.618,89	1.207.618,89	1.207.618,89
Secretaria de Transporte e Obras	1.703.378,96	1.703.378,96	1.703.378,96
Secretaria de Educação e Esportes	2.639.091,35	2.621.804,47	2.618.770,03
Secretaria de Turismo, Cultura,Urb.e Meio Ambiente	1.221.623,04	1.193.209,79	1.181.571,82
Fundo Municipal para Infância e a Adolescência	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social	629.596,98	627.668,28	623.634,88
Fundo Municipal de Saúde	3.119.616,40	3.118.492,40	3.097.320,39
Câmara de Vereadores	649.945,00	649.945,00	649.945,00
Total	12.927.069,85	12.878.317,02	12.835.612,77

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

01 - Legislativa	649.945,00	649.945,00	649.945,00
04 - Administração	1.500.492,53	1.500.492,53	1.498.625,29
06 - Segurança Pública	102.034,64	102.034,64	101.075,45
08 - Assistência Social	629.596,98	627.668,28	623.634,88
09 - Previdência Social	143.387,72	143.387,72	143.387,72
10 - Saúde	3.119.616,40	3.118.492,40	3.097.320,39
12 - Educação	2.499.264,82	2.481.977,94	2.479.457,65
13 - Cultura	92.708,37	92.708,37	91.928,46
15 - Urbanismo	1.103.831,00	1.075.417,75	1.064.559,69
17 - Saneamento	0,00	0,00	0,00
18 - Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
19 - Ciência e Tecnologia	8.778,71	8.778,71	8.778,71
20 - Agricultura	1.207.618,89	1.207.618,89	1.207.618,89
23 - Comércio e Serviços	25.083,67	25.083,67	25.083,67
24 - Comunicações	1.505,63	1.505,63	1.505,63
26 - Transporte	1.703.378,96	1.703.378,96	1.703.378,96
27 - Desporto e Lazer	139.826,53	139.826,53	139.312,38
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	12.927.069,85	12.878.317,02	12.835.612,77

SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Dívida Ativa

O § 2º do artigo 39 da Lei Federal nº 4.320/64, consolidada, estabelece que Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como meta o equilíbrio das contas públicas, dá especial ênfase à necessidade de cobrança da dívida ativa. O artigo 13 da referida lei prevê que as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, **da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.**

Importante frisar que a prescrição de débitos lançados em dívida ativa por ausência de cobrança administrativa ou execução judicial acarreta a responsabilização de quem lhe deu causa.

A dívida ativa tributária e não tributária apresenta a seguinte situação:

1 - DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA					
Descrição	Saldo Anterior	Inscrições	Arrecadação	Cancelamentos	Saldo Atual
Dívida Ativa IPTU	0,00	5.047,99	584,74	0,00	4.463,25
Dívida Ativa ISS	0,00	3.341,89	80,88	0,00	3.261,01
Dívida Ativa Outros Tributos	0,00	15.041,76	6.042,00	1.045,99	10.045,75
I) TOTAL A RECEBER	0,00	23.431,64	6.707,62	1.045,99	17.770,01



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

2 - DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Descrição	Saldo Anterior	Inscrições	Arrecadação	Cancelamentos	Saldo Atual
Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I) TOTAL A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL GERAL (I+II)	0,00	23.431,64	6.707,62	1.045,99	17.770,01

Dívida Flutuante

O Artigo 92 da Lei Federal 4.320/64 estabelece que a dívida flutuante compreende:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - os serviços da dívida a pagar;

III - os depósitos;

IV - os débitos de tesouraria.

Parágrafo Único: O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Na dívida flutuante estão incluídos os débitos de curto prazo, por corresponderem a compromissos assumidos por prazo inferior a 12 (doze) meses.

Em relação à dívida flutuante tem-se o seguinte demonstrativo:

1 - RESTOS A PAGAR

Título	Saldo Anterior	Movimentações no Exercício		Saldo para Exercício Subsequente
		Inscrições	Baixas	
Restos a Pagar Não Processados	86.984,73	48.752,83	0,00	135.737,56
Restos a Pagar Processados	51.955,72	42.704,25	0,00	94.659,97
I) TOTAL	138.940,45	91.457,08	0,00	230.397,53

2 - SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR

Título	Saldo Anterior	Movimentações no Exercício		Saldo para Exercício Subsequente
		Inscrições	Baixas	
Badesc	0,00	234.518,50	234.518,50	0,00
Badesc	0,00	15.270,40	15.270,40	0,00
Cohab/sc Comp.de Habitac.do Est.sta.cata	0,00	9.690,40	9.690,40	0,00
Cohab/sc Comp.de Habitac.do Est.sta.cata	0,00	1.284,16	1.284,16	0,00
II) TOTAL	0,00	260.763,46	260.763,46	0,00

3 - DEPÓSITOS

Título	Saldo Anterior	Movimentações no Exercício		Saldo para Exercício Subsequente
		Inscrições	Baixas	
Associacao	41,16	680,88	665,79	56,25
Associacoes	152,88	1.639,90	1.667,78	125,00
Contribuição Sindical	0,00	235,89	235,89	0,00
Depósitos De Terceiros	0,00	1.639,15	1.639,15	0,00
Depositos Diversos	998,81	12.972,17	13.970,98	0,00
Depositos Pmsm	17,34	282,75	300,09	0,00
Depositos Pmsm	509,75	7.645,74	7.297,63	857,86
Emprestimo B. Brasil	15.224,33	180.888,55	196.112,88	0,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Emprestimo B. Brasil	2.279,05	38.732,42	41.011,47	0,00
Emprestimo Consignado	886,52	23.886,68	24.773,20	0,00
Emprestimos Cef	0,00	501,00	501,00	0,00
Funrural - Retenções De Notas De Produtor Rural	0,00	92,46	92,46	0,00
Inss	1.584,99	33.597,25	32.310,87	2.871,37
I.n.s.s	25.297,17	319.069,05	332.400,85	11.965,37
I.n.s.s	6.760,80	99.441,25	97.989,22	8.212,83
I.n.s.s.	0,00	39.651,60	39.651,60	0,00
Irrf Retido Na Fonte A Recolher Tesouro Municipal	15.858,02	39.517,99	17.430,71	37.945,30
Irrf Retido Na Fonte A Recolher Tesouro Municipal	410,07	2.787,39	2.567,90	629,56
Irrf Retido Na Fonte A Recolher Tesouro Municipal	13.064,99	56.655,28	29.329,88	40.390,39
I.r.r.f./terceiros	0,00	10.724,23	10.724,23	0,00
Iss/imposto S/servicos/terceiros	0,00	286,47	286,47	0,00
Iss Retido Na Fonte A Recolher Tesouro Municipal	-6.927,63	23.029,70	14.038,40	2.063,67
Iss Retido Na Fonte A Recolher Tesouro Municipal	7,13	0,00	0,00	7,13
Mensalidade Sindical	0,00	291,56	291,56	0,00
Prefeitura Municipal De São Martinho	0,00	257.445,73	257.445,73	0,00
Prefeitura Municipal De São Martinho	0,00	33.579,14	33.579,14	0,00
Retencao Irrf S/rendimento Trabalho Servidores Ina	0,00	178,91	85,85	93,06
Retenção Relativa A Salário Maternidade Na Contribuição	0,00	984,73	984,73	0,00
Retenção Relativa A Salário Maternidade Na Contribuição	0,00	5.506,74	5.506,74	0,00
Seguros	189,21	2.950,50	2.935,74	203,97
Seguros	10,19	40,76	50,95	0,00
Seguros	41,69	513,58	511,68	43,59
Sest/senat	115,78	2.321,85	2.091,74	345,89
Unimed	2.537,64	44.712,71	42.373,75	4.876,60
Unimed	445,60	6.279,25	6.110,95	613,90
Unimed	640,16	7.685,30	7.851,60	473,86
III) TOTAL	80.145,65	1.256.448,56	1.224.818,61	111.775,60
TOTAL GERAL (I+II+III)	219.086,10	1.608.669,10	1.485.582,07	342.173,13

Dívida Fundada Interna

A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou ainda mais este conceito estabelecendo no artigo 29, § 3o, que também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. No artigo 30, § 7o, a mesma LRF determinou que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em relação à dívida fundada interna do Município, tem-se demonstrativo a seguir:

Operações de Crédito Interna								
Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtd.	Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	
I) Total					0,00	0,00	0,00	0,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Débitos Consolidados								
Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtd.	Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	
II) Total					0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral (I+II)					0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar

O artigo 36 da Lei Federal nº 4.320/64, define Restos a Pagar como as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Representam os valores pendentes de pagamento oriundos da emissão de empenhos (orçamento da despesa). As processadas são aquelas em que se verificou a liquidação da despesa, enquanto que as não processadas, tal estágio (liquidação) não ocorreu.

Importante salientar o disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual veda ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato (maio a dezembro), contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Em relação aos restos a pagar tem-se o seguinte demonstrativo:

Demonstrativo dos Restos a Pagar	Valor
Restos A Pagar Processados (I)	0,00
(+) Saldo de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(+) Inscritos em 31 de Dezembro de 2014	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
(-) Pagamentos	0,00
Restos A Pagar Não Processados (II)	38.231,90
(+) Saldo de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	38.231,90
(+) Inscritos em 31 de Dezembro de 2014	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
(-) Pagamentos	0,00
Saldo a Pagar (I+II)	38.231,90

Disponibilidades Financeiras

As disponibilidades financeiras representam os valores monetários passíveis de utilização imediata, disponíveis em caixa e/ou bancos, incluídas as aplicações financeiras, decorrentes de consolidação da receita, tributária ou não-tributária, orçamentária ou extra-orçamentária.

O parágrafo único do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício. Além disso, o Inciso I do artigo 50 da mesma LRF determina que a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

O demonstrativo a seguir retrata as disponibilidades financeiras:

1 - Disponibilidade de Caixa	Disponível em Banco
0100-Recursos Ordinários	70.064,04
0101-Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Educação	13.794,26



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

0102-Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	55.634,97
0107-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	4.545,73
0110-Convênio de Trânsito - Militar	2.690,44
0111-Convênio de Trânsito - Civil	2.048,77
0112-Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.003,74
0118-Transferências do Fundeb - 60%	19.190,40
0119-Transferências do Fundeb - 40%	0,00
0131-Transferências de Convênios ? União/Assistência Social	0,02
0132-Transferências de Convênios ? União/Educação	25.761,06
0133-Transferências de Convênios ? União/Saúde	5.889,35
0134-Transferências de Convênios ? União/Outros	758.225,03
0135-Transferências do Sistema Único de Assistência Social	12.197,48
0136-Salário-Educação	6.393,33
0137-Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	11.967,54
0138-Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	101.169,63
0139-Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Exploração de Recursos Naturais	5.399,12
0165-Transferências do Sistema Único de Assistência Soc	0,00
0167-Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Est	3.070,39
0180-Outras Especificações	0,00
0189-Alienações de Bens destinados a Outros Programas	28.512,82
0300-Recursos Ordinários	19.725,06
0302-Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	0,00
0307-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico -	45,57
0311-Convênio de Trânsito - Civil	6.854,41
0318-Transferências do Fundeb - 60%	0,00
0319-Transferências do Fundeb - 40%	0,00
0331-Transferências de Convênios ? União/Assistência So	16.985,83
0332-Transferências de Convênios ? União/Educação	2.593,06
0333-Transferências de Convênios ? União/Saúde	75.296,91
0334-Transferências de Convênios ? União/Outros	105.179,77
0335-Transferências do Sistema Único de Assistência Soc	3.964,18
0336-Salário-Educação	175,12
0337-Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenv	124.125,60
0338-Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	24.938,90
0339-Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financ	0,97
0365-Transferências do Sistema Único de Assistência Soc	210,43
0380-Outras Especificações	0,00
0389-Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00
I) Total	1.509.653,93

2 - Obrigações financeiras (Restos a Pagar Processados)	Despesas Empenhadas a Liquidar
0100 - Recursos Ordinários	8.926,41
0101 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Educação	2.520,29
0102 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	18.153,20
0134 - Transferências de Convênios ? União/Outros	8.710,54
0135 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social	1.375,00
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	3.018,81



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

II) Total	42.704,25
3 - Obrigações financeiras (Restos a Pagar Não Processados)	Despesas Liquidadas a Pagar
0101 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Educação	5.599,47
0102 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	1.124,00
0132 - Transferências de Convênios ? União/Educação	11.687,41
0134 - Transferências de Convênios ? União/Outros	28.413,25
0135 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social	1.928,70
III) Total	48.752,83
4 - Resumo	Disponível em Banco
Superávit Apurado (I) - (II+III)	1.418.196,85

Balanço Financeiro

O artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

No artigo 103 da mesma Lei Federal está disposto que *o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.*

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil em que se confrontam, ao final do exercício (ou em um dado momento), as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, no confronto entre receita e despesa, o resultado financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte, saldo esse que pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio).

Extrai-se do Balanço Financeiro do exercício as seguintes demonstrações e resultado:

Ingressos	
Receitas Orçamentárias (I)	13.030.536,73
Ordinária	0,00
Vinculada	13.030.536,73
Recursos Ordinários	6.879.879,66
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Educação	682.224,84
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	1.460.569,72
Transferências do Fundeb - 60%	566.432,21
Transferências do Fundeb - 40%	340.350,49
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	4.502,09
Transferências de Convênios ? União/Outros	1.651.098,26
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Exploração de Recursos Naturais	66.201,15
Salário-Educação	115.464,49
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	80.958,85
Transferências de Convênios ? União/Educação	227.258,57
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	122.034,68
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	93.474,50
Transferências de Convênios ? União/Assistência Social	1.211,98



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	488.402,43
Outras Especificações	2.475,00
Transferências de Convênios ? União/Saúde	247.997,81
Transferências Financeiras Recebidas (II)	3.210.746,55
Transferências Financeiras Recebidas	3.210.746,55
Interferências Financeiras (III)	0,00
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	1.435.928,48
Inscrição de restos a Pagar Não Processados	48.752,83
Inscrição de restos a Pagar Processados	42.704,25
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	88.022,84
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.256.448,56
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	1.354.147,84
Banco Contas Movimento	99.269,38
Banco Contas Vinculadas	1.254.878,46
Banco Contas Movimento RPPS	0,00
Aplicações Financeiras	0,00
Total (VI) = (I+II+III+IV+V)	19.031.359,60

Dispendios	
Despesas Orçamentárias (VII)	12.927.069,85
Ordinária	0,00
Vinculada	12.927.069,85
Recursos Ordinários	5.602.861,68
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Educação	1.128.467,62
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	2.115.476,16
Transferências do Fundeb - 60%	909.733,46
Transferências do Fundeb - 40%	11.279,34
Transferências de Convênios ? União/Outros	1.427.036,48
Salário-Educação	124.321,29
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	83.581,88
Transferências de Convênios ? União/Educação	187.956,14
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	219.205,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	105.295,75
Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	578.812,24
Outras Especificações	819,00
Transferências de Convênios ? União/Saúde	321.844,00
Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	102.665,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Soc	7.714,81
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	3.210.746,55
Transferências Financeiras Concedidas	3.210.746,55
Interferências Financeiras (IX)	0,00
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)	1.315.477,37
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	90.658,76
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.224.818,61
Restos a Pagar Não Processados Pagos	0,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Restos a Pagar Processados Pagos	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (XI)	1.500.350,17
Banco Contas Movimento	135.790,29
Banco Contas Vinculadas	1.364.559,88
Banco Contas Movimento RPPS	0,00
Aplicações Financeiras	0,00
Total (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	18.953.643,94

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial também é exigência do artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64, juntamente com o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O artigo 105 da mesma Lei Federal 4.320/64 dispõe:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos, independentemente de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil em que se evidencia, ao final do exercício (ou num dado momento), a situação patrimonial da entidade compreendendo os bens e direitos (que compõem o ativo financeiro e o ativo permanente), as obrigações (que compõem o passivo financeiro e o passivo permanente) e as Contas de Compensação, em que serão registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio da entidade.

A situação patrimonial da entidade vem demonstrada a seguir:

Ativo	
Ativo Circulante	1.894.829,90
Caixa e Equivalentes De Caixa	1.507.018,01
Créditos a Curto Prazo	210.702,73
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	148.172,52
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	19.342,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamen	9.593,86
Ativo Não-Circulante	12.418.125,83
Imobilizado	12.318.591,08
Ativo Realizável a Longo Prazo	99.534,75
Total	14.312.955,73

Passivo	
Passivo Circulante	603.272,52
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencia	428.569,18
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	39.194,44



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23.704,40
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	111.804,50
Passivo Não-Circulante	10.363,87
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	10.363,87
Total do Passivo	613.636,39
Patrimônio Líquido	
Patrimônio Social e Capital Social	0,00
Resultados Acumulados	13.699.319,34
Resultado do Exercício	0,00
Superávits Ou Déficits Do Exercício	1.901.207,84
Superávits Ou Déficits De Exercícios Anteriores	11.798.111,50
Ajustes De Exercícios Anteriores	0,00
Total Patrimônio Líquido	13.699.319,34
Saldo Patrimonial	13.574.102,71
Total	14.312.955,73

Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo apurar o resultado patrimonial do exercício, evidenciando as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas, dividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (aquelas que proporcionam aumento da situação patrimonial da entidade) e Variações Patrimoniais Diminutivas (aquelas que proporcionam redução da situação patrimonial da entidade). O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As Variações Patrimoniais apresentam o seguinte demonstrativo:

I) Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria	0,00
Impostos	0,00
Taxas	0,00
Exploração e Venda De Bens, Serviços e Direitos	0,00
Exploração De Bens e Direitos e Prestação De Serviços	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00
Juros e Encargos De Mora	0,00
Remuneração De Depósitos Bancários e Aplicações Financ	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00
Reversão De Provisões e Ajustes De Perdas	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00
II) Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00
Pessoal e Encargos	0,00
Remuneração a Pessoal	0,00
Encargos Patronais	0,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00
Pensões	0,00
Uso De Bens, Serviços e Consumo De Capital Fixo	0,00
Uso De Material De Consumo	0,00
Serviços	0,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00
Juros e Encargos De Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00
Desvalorização e Perda De Ativos e Incorporação De Pas	0,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste Para	0,00
Tributárias	0,00
Contribuições	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00
III) Resultado Patrimonial do Período (I-II)	0,00

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

1 - Receitas	No Exercício	Aplicação
I) Impostos Municipais	547.640,03	136.910,01
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	31.228,97	7.807,24
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	74.359,68	18.589,92
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	35.001,14	8.750,29
ISS - Imposto Sobre Serviços	403.063,75	100.765,94
Multas e Juros de Mora de Impostos	2.856,91	714,23
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	380,18	95,04
Dívida Ativa de Impostos	749,40	187,35
II) Transferências do Estado	3.225.913,45	806.478,34
Cota Parte do ICMS	2.839.228,59	709.807,12
Cota Parte do IPVA	342.484,81	85.621,20
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	44.200,05	11.050,01
III) Transferências da União	6.241.133,17	1.560.283,44
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	8.886,45	2.221,61
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	5.891.264,88	1.472.816,38
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	12.927,68	3.231,92
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	258.328,30	64.582,07
Cota- Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	69.725,86	17.431,46
Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)	10.014.686,65	2.503.671,78

2 - FUNDEB	No Exercício
VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB	902.603,22
Transferências de Recursos do FUNDEB	902.603,22
VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.827.796,07
Cota Parte do IPVA	-68.496,11
Cota Parte do ICMS	-567.844,68
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-1.178.252,63
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-8.839,90
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	-1.777,24
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	-2.585,51
VIII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA	-925.192,85

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R\$ 2.866.727,18 correspondente a 28.63% da receita proveniente de impostos e



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 363.055,43 que representa SUPERÁVIT de 3.63% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Exercício
12.361 - Ensino Fundamental	1.989.515,16
12.365 - Educação Infantil	383.985,09
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00
12.367 - Educação Especial	62.256,19
12.362 - Ensino Médio	53.704,96
12.364 - Ensino Superior	9.803,42
IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.499.264,82

4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	No Exercício
0132 - Transferências de Convênios ? União/Educação	187.956,14
0136 - Salário-Educação	124.321,29
0137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	83.581,88
X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	395.859,31

5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	No Exercício
Merenda Escolar - Ensino Infantil	35.964,36
Merenda Escolar - Ensino Fundamental	17.960,73
12.364 - Ensino Superior	9.803,42
12.362 - Ensino Médio	53.704,96
Outras Despesas com Educação	41.591,05
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.846,66
XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	161.871,18

6 - RESUMO	No Exercício
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	10.014.686,65
Despesas por função/subfunção(IX)	2.499.264,82
Deduções(X+XI)	557.730,49
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-925.192,85
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	2.866.727,18
Mínimo a ser aplicado	2.503.671,75
Aplicado à Maior	363.055,43
Percentual aplicado	28,63
Superávit	3,63

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 2.866.727,18 correspondente a 28.63% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 363.055,43 que representa SUPERÁVIT de 3.63% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Exercício
12.361 - Ensino Fundamental	1.972.228,28
12.365 - Educação Infantil	383.985,09
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00
12.367 - Educação Especial	62.256,19
12.362 - Ensino Médio	53.704,96



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

12.364 - Ensino Superior	9.803,42
IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.481.977,94

4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	No Exercício
0132 - Transferências de Convênios ? União/Educação	176.268,73
0136 - Salário-Educação	124.321,29
0137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	83.581,88
X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	384.171,90

5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	No Exercício
Merenda Escolar - Ensino Infantil	35.964,36
Merenda Escolar - Ensino Fundamental	17.960,73
12.364 - Ensino Superior	9.803,42
12.362 - Ensino Médio	53.704,96
Outras Despesas com Educação	35.991,58
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.846,66
XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	156.271,71

6 - RESUMO	No Exercício
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	10.014.686,65
Despesas por função/subfunção(IX)	2.481.977,94
Deduções(X+XI)	540.443,61
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-925.192,85
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	2.866.727,18
Mínimo a ser aplicado	2.503.671,75
Aplicado à Maior	363.055,43
Percentual aplicado	28,63
Superávit	3,63

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Exercício	Aplicação
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	902.603,22	541.561,94
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	151.488,49	90.893,09
I) Total das receitas para fins de limite	1.054.091,71	632.455,03

No exercício analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 909.733,46 correspondente a 86.30% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 277.278,40 equivalente a 26.30% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Exercício
---------------------	---------------------



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

319004 - Contratação por Tempo Determinado	99.290,54
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	678.633,87
319013 - Obrigações Patronais	131.809,05
II) TOTAL DAS DESPESAS	909.733,46

3 - RESUMO	No Exercício
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	1.054.091,71
Mínimo à ser Aplicado	632.455,06
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	909.733,46
Aplicação à Maior	277.278,40
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	86,30
Déficit	26,30

No exercício analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 909.733,46 correspondente a 86.30% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 277.278,40 equivalente a 26.30% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Exercício
319004 - Contratação por Tempo Determinado	99.290,54
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	678.633,87
319013 - Obrigações Patronais	131.809,05
II) TOTAL DAS DESPESAS	909.733,46

3 - RESUMO	No Exercício
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	1.054.091,71
Mínimo à ser Aplicado	632.455,06
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	909.733,46
Aplicação à Maior	277.278,40
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	86,30
Déficit	26,30

Aplicação de 95% dos Recursos do FUNDEB

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

1 – RECEITAS	No Exercício	Aplicação
---------------------	---------------------	------------------



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	902.603,22	857.473,12
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	3.552,99	3.375,34
I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE	906.156,21	73.563,90

No exercício analisado considerando a despesa Empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 921.012,80 equivalente a 101.64% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R\$ 60.164,42 o qual corresponde a 6.64% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Exercício
319004 - Contratação por Tempo Determinado	99.290,54
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	678.633,87
319013 - Obrigações Patronais	131.809,05
II) TOTAL DAS DESPESAS	909.733,46

3 - FUNDEB 40%	No Exercício
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.181,97
319013 - Obrigações Patronais	2.097,37
II) TOTAL DAS DESPESAS	11.279,34

4 - RESUMO	No Exercício
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	906.156,21
Mínimo a ser Aplicado	860.848,38
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	921.012,80
Aplicado à maior	60.164,42
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	101,64
Superávit	6,64

No exercício analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 921.012,80 equivalente a 101.64% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R\$ 60.164,42 o qual corresponde a 6.64% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Exercício
319004 - Contratação por Tempo Determinado	99.290,54
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	678.633,87
319013 - Obrigações Patronais	131.809,05
II) TOTAL DAS DESPESAS	909.733,46

3 - FUNDEB 40%	No Exercício
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.181,97
319013 - Obrigações Patronais	2.097,37
II) TOTAL DAS DESPESAS	11.279,34

4 - RESUMO	No Exercício
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	906.156,21
Mínimo a ser Aplicado	860.848,38
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	921.012,80
Aplicado à maior	60.164,42
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	101,64



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Superávit

6,64

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até **o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

1 - RECEITAS	No Exercício	Aplicação
I - Impostos Municipais	547.640,03	82.146,01
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	31.228,97	4.684,35
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	74.359,68	11.153,95
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	35.001,14	5.250,17
ISS - Imposto Sobre Serviços	403.063,75	60.459,56
Multas e Juros de Mora de Impostos	2.620,81	393,12
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	380,18	57,03
Dívida Ativa de Impostos	749,40	112,41
Multas e Juros de Mora de IPTU	236,10	35,42
II - Transferências do Estado	3.225.913,45	483.887,01
Cota Parte do ICMS	2.839.228,59	425.884,28
Cota Parte do IPVA	342.484,81	51.372,72
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	44.200,05	6.630,01
III - Transferências da União	5.913.079,01	886.961,87
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	5.891.264,88	883.689,75
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	8.886,45	1.332,97
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	12.927,68	1.939,15
IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)	9.686.632,49	1.452.994,89
V) TOTAL À SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		1.452.994,89

No exercício em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 2.116.295,16 correspondente a 21.85% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 663.300,28 equivalente a 6.85% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Exercício
10.301 - Atenção Básica	2.747.574,34
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	102.665,00
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	144.685,25
10.304 - Vigilância Sanitária	33.068,80
10.305 - Vigilância Epidemiológica	36.972,41
10.244 - Assistência Comunitária	54.650,60
VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	3.119.616,40



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

3 - DEDUÇÕES	No Exercício
0133 - Transferências de Convênios ? União/Saúde	321.844,00
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	578.812,24
0338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	102.665,00
VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES	1.003.321,24

4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Exercício
VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES	0,00

5 - RESUMO	No Exercício
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	9.686.632,49
Despesas por Função/Subfunção (VI)	3.119.616,40
Deduções (VII+VIII)	1.003.321,24
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	2.116.295,16
Mínimo a ser aplicado	1.452.994,88
Aplicação à maior	663.300,28
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	21,85
Superávit	6,85

No exercício em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 2.115.171,16 correspondente a 21.84% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 662.176,28 equivalente a 6.84% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Exercício
10.301 - Atenção Básica	2.746.450,34
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	102.665,00
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	144.685,25
10.304 - Vigilância Sanitária	33.068,80
10.305 - Vigilância Epidemiológica	36.972,41
10.244 - Assistência Comunitária	54.650,60
VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	3.118.492,40

3 - DEDUÇÕES	No Exercício
0133 - Transferências de Convênios ? União/Saúde	321.844,00
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/União	578.812,24
0338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	102.665,00
VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES	1.003.321,24

4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Exercício
VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES	0,00

5 - RESUMO	No Exercício
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	9.686.632,49
Despesas por Função/Subfunção (VI)	3.118.492,40
Deduções (VII+VIII)	1.003.321,24
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	2.115.171,16
Mínimo a ser aplicado	1.452.994,88



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Aplicação à maior	662.176,28
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	21,84
Superávit	6,84

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 11.148.629,24, resultando em um valor médio mensal de R\$ 929.052,43 .

1 - RECEITAS CORRENTES	No Período	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	76.881,75	5,17	595.236,26	4,59	595.236,26	4,59
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	910,08	0,06	134.746,29	1,04	134.746,29	1,04
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.624,34	0,45	108.422,74	0,84	108.422,74	0,84
Transferências Correntes	1.174.724,18	78,97	11.540.426,05	88,93	11.540.426,05	88,93
Outras Receitas Correntes	228.503,83	15,36	597.593,97	4,61	597.593,97	4,61
I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1.487.644,18	100	12.976.425,31	100	12.976.425,31	100

2 - DEDUÇÕES	No Período	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-159.729,21	0,00	-1.827.796,07	0,00	-1.827.796,07	0,00
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	-159.729,21	100	-1.827.796,07	100	-1.827.796,07	100

3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Período	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	1.327.914,97	11,91	11.148.629,24	100,00	11.148.629,24	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					929.052,43	8,33

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de São Martinho realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 5.660.887,58, equivalendo a 50,78% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Período	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	784.123,48	5.558.382,64	5.558.382,64
317111 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
317113 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	68,00	22.619,30	22.619,30
319004 - Contratação por Tempo Determinado	37.251,30	206.903,11	206.903,11
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	605.138,45	4.292.825,17	4.292.825,17
319013 - Obrigações Patronais	140.777,83	1.033.876,91	1.033.876,91
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	57,20	1.327,45	1.327,45
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	830,70	830,70	830,70
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	17.776,96	125.124,24	125.124,24
319001 - Aposentadoria e reformas	15.107,16	107.770,54	107.770,54
319003 - Pensões	2.669,80	17.353,70	17.353,70
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	801.900,44	5.683.506,88	5.683.506,88

2 - Despesas Não Computadas	No Período	No Exercício	Acumulado
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	68,00	22.430,30	22.430,30
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	189,00	189,00	189,00
IV) Total Despesas Não Computadas	257,00	22.619,30	22.619,30

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	11.148.629,24



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Limite prudencial - 57%	6.354.718,67
Limite máximo - 60%	6.689.177,54
Despesa bruta com pessoal (III)	5.683.506,88
Despesas não computadas (IV)	22.619,30
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	5.660.887,58
Percentual aplicado em despesas com pessoal	50,78
Limite prudencial (57%)	693.831,09
Limite máximo (60%)	1.028.289,96

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 5.172.230,59, equivale a 46,39% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Período	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	732.806,71	5.069.725,65	5.069.725,65
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	68,00	22.619,30	22.619,30
319004 - Contratação por Tempo Determinado	37.251,30	206.875,14	206.875,14
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	562.727,87	3.887.443,69	3.887.443,69
319013 - Obrigações Patronais	131.871,64	950.629,37	950.629,37
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	57,20	1.327,45	1.327,45
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	830,70	830,70	830,70
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	17.776,96	125.124,24	125.124,24
319001 - Aposentadoria e reformas	15.107,16	107.770,54	107.770,54
319003 - Pensões	2.669,80	17.353,70	17.353,70
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	750.583,67	5.194.849,89	5.194.849,89

2 - Despesas Não Computadas	No Período	No Exercício	Acumulado
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	68,00	22.430,30	22.430,30
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	189,00	189,00	189,00
IV) Total Despesas Não Computadas	257,00	22.619,30	22.619,30

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	11.148.629,24
Limite prudencial - 51,30%	5.719.246,80
Limite máximo - 54%	6.020.259,79
Despesa bruta com pessoal (III)	5.194.849,89
Despesas não computadas (IV)	22.619,30



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	5.172.230,59
Percentual aplicado em despesas com pessoal	46,39
Limite prudencial (51,30%)	547.016,21
Limite máximo (54%)	848.029,20

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 488.656,99, equivale a 4,38% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Período	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	51.316,77	488.656,99	488.656,99
319004 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	27,97	27,97
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	42.410,58	405.381,48	405.381,48
319013 - Obrigações Patronais	8.906,19	83.247,54	83.247,54
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	51.316,77	488.656,99	488.656,99

2 - Despesas Não Computadas	No Período	No Exercício	Acumulado
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	0,00
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	0,00	0,00

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	11.148.629,24
Limite prudencial - 5,70%	635.471,87
Limite máximo - 6%	668.917,75
Despesa bruta com pessoal (III)	488.656,99
Despesas não computadas (IV)	0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	488.656,99
Percentual aplicado em despesas com pessoal	4,38
Limite prudencial (5,70%)	146.814,88
Limite máximo (6%)	180.260,76

GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

Metas Bimestrais de Arrecadação



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão **efetiva arrecadação de todos os tributos** da competência constitucional do ente da Federação.

Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

No Exercício analisado, a meta bimestral de arrecadação não foi atingida com a arrecadação de R\$ 13.030.576,84 o que representa 46.03% da receita prevista no montante de R\$ 28.308.880,00.

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	4.718.146,66	1.822.972,91	38.64 %
2º Bimestre	4.718.146,66	2.170.764,54	46.01 %
3º Bimestre	4.718.146,66	2.056.958,37	43.60 %
4º Bimestre	4.718.146,66	1.830.334,02	38.79 %
5º Bimestre	4.718.146,66	2.244.128,13	47.56 %
6º Bimestre	4.718.146,70	2.905.418,87	61.58 %
TOTAL	28.308.880,00	13.030.576,84	46.03 %

Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Estabelece o artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

Este compreende a efetiva apropriação das dotações consignadas na lei orçamentária aos programas, projetos e ações previstas pela administração e fundos especiais, de conformidade com a previsão de arrecadação e disponibilidade de caixa, uma vez que esta (a arrecadação) não é aritmética, mas sim variável. Além disso deve-se levar em conta as chamadas despesas fixas e as prioridades em termos de projetos de investimento.

Da análise do previsto no cronograma de execução mensal de desembolso e os recursos financeiros efetivamente gastos tem-se o seguinte demonstrativo:

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	4.718.146,66	1.848.797,90	39.18 %
2º Bimestre	4.718.146,66	2.257.231,26	47.84 %
3º Bimestre	4.718.146,66	2.457.338,81	52.08 %
4º Bimestre	4.743.146,66	1.987.980,62	41.91 %
5º Bimestre	4.718.146,66	2.073.966,82	43.96 %



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

6º Bimestre	4.718.146,70	2.263.591,36	47.98 %
TOTAL	28.333.880,00	12.888.906,77	45.49 %

Meta Fiscal do Resultado Nominal

O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior (comparativo do estoque da dívida do período em análise com o mesmo estoque da dívida do exercício anterior).

Da análise comparativa entre a meta de Resultado Nominal prevista na LDO com o ocorrido até a presente data, constata-se que houve o \$cumpridoDescumpridoAnexo43 da meta, conforme demonstrativo:

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
Meta Fiscal de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	-224.000,00

RESULTADO NOMINAL			
PERÍODO	No Bimestre	Até o Bimestre	
1º Bimestre	34.629,86	34.629,86	-15,46%
2º Bimestre	18.533,87	53.163,73	-23,73%
3º Bimestre	351.885,32	405.049,05	-180,83%
4º Bimestre	123.244,65	528.293,70	-235,85%
5º Bimestre	-263.865,18	264.428,52	-118,05%
6º Bimestre	-649.694,07	-385.265,55	171,99%

Meta Fiscal do Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do ente estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias (total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações) e o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos) são capazes de suportar as Despesas Primárias (total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido).

Da análise comparativa entre a meta de Resultado Primário estabelecida na LDO com o efetivamente ocorrido até a presente data, constata-se que houve o \$cumpridoDescumpridoAnexo44 da meta, conforme demonstrativo abaixo:

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
Meta Fiscal de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	283.100,00

RESULTADO PRIMÁRIO			
PERÍODO	No Bimestre	Até o Bimestre	
1º Bimestre	-80.094,97	-80.094,97	-28,29%
2º Bimestre	-195.580,35	-274.146,30	-96,84%
3º Bimestre	-447.016,18	-721.162,48	-254,74%
4º Bimestre	-213.280,12	-934.442,60	-330,08%
5º Bimestre	90.842,04	-843.600,56	-297,99%
6º Bimestre	456.859,91	-388.269,67	-137,15%



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Metas Fiscais

Além da importantíssima tarefa de criar na Administração Pública o exercício do Planejamento e aplicação correta dos recursos públicos (eficiência do gasto público), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz em seu bojo, como escopo, a efetiva promoção da arrecadação tributária como forma de promover o equilíbrio entre receitas e despesas. Tal tarefa se processa mediante o combate constante à sonegação e demais crimes que afrontam a ordem tributária, bem como o combate à anistia, isenção e outras artimanhas que levam à redução dos valores a que fazem jus as fazendas públicas a título de tributos.

O § 1º do artigo 4º da LRF, determina que, em anexo à LDO, deverá ser encaminhado o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Além de ferramenta de controle da gestão financeira da Administração Pública o Anexo de Metas Fiscais é relevante instrumento de controle social pelos administrados uma vez que, publicados de forma compreensível (como é desejo da LRF) possibilitam a fiscalização e o efetivo acompanhamento das metas, apresentadas nas audiências públicas.

Saliente-se que o resultado primário e nominal também são estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que deve acompanhar a LDO. O artigo 9º da LRF preconiza que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Na sequência serão analisadas, de forma individualizada, as metas fiscais estabelecidas no anexo que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Meta Fiscal da Receita

É dever do Administrador Público manter constante vigilância sobre o comportamento da receita para que possa conduzir as ações governamentais com segurança, mantendo o equilíbrio ou superávit desta (receita) em relação à despesa. Nisso reside a essência da Responsabilidade Fiscal.

Da análise comparativa entre a receita prevista estabelecida na LDO e a efetivamente arrecadada no exercício analisado, a meta fiscal da receita foi atingida, sendo arrecadadas receitas na ordem de R\$ 12.775.719,55 o que representou 0.00% da receita prevista.

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	0,00	1.802.318,25	0.00 %
2º Bimestre	0,00	2.103.088,59	0.00 %
3º Bimestre	0,00	2.039.729,43	0.00 %
4º Bimestre	0,00	1.810.294,43	0.00 %
5º Bimestre	0,00	2.217.336,79	0.00 %
6º Bimestre	0,00	2.802.952,06	0.00 %
TOTAL	0,00	12.775.719,55	0.00 %

Meta Fiscal da Despesa

No mesmo sentido, não pode o Administrador Público deixar de ter constante controle sobre o comportamento da despesa sob pena de se configurar o odioso déficit financeiro, caso esta (a despesa) superar a receita.

Promovendo-se o comparativo da despesa prevista na LDO com a efetivamente realizada no exercício analisado, a meta fiscal da despesa foi atingida sendo realizadas o montante de R\$ 11.053.821,45 o que representou 0.00% da despesa fixada.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	0,00	1.642.664,18	0.00 %
2º Bimestre	0,00	1.561.206,75	0.00 %
3º Bimestre	0,00	2.345.627,36	0.00 %
4º Bimestre	0,00	1.740.464,14	0.00 %
5º Bimestre	0,00	1.812.359,08	0.00 %
6º Bimestre	0,00	1.951.499,94	0.00 %
TOTAL	0,00	11.053.821,45	0.00 %

Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

O artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- despesas, por função e subfunção.

O artigo 53 da mesma LRF estabelece que:

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

- apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
- receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
- resultados nominal e primário;
- despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;
- Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

No Exercício analisado constatou-se a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme demonstra o quadro a seguir:

Período de Referência: 1º bimestre	Data de publicação: 2015-04-08
Local: MURAL PUBLICO	
Anexos Publicados: <ul style="list-style-type: none">- Anexo 1 - Balanço Orçamentário- Anexo 2 - Demonstrativo da Execução da Despesa por Função e Subfunção- Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida- Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores- Anexo 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal- Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário- Anexo 7 - Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão- Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital- Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos- Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde- Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Período de Referência: 2º bimestre	Data de publicação: 2015-05-13
Local: MURAL PUBLICO	
Anexos Publicados:	



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

- - Anexo 1 - Balanço Orçamentário
- - Anexo 2 - Demonstrativo da Execução da Despesa por Função e Subfunção
- - Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- - Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores
- - Anexo 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal
- - Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário
- - Anexo 7 - Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão
- - Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- - Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
- - Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos
- - Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
- - Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Período de Referência: 2º bimestre

Data de publicação: 2015-05-13

Local: MURAL PUBLICO

Anexos Publicados:

Período de Referência: 3º bimestre

Data de publicação: 2015-07-09

Local: MURAL PUBLICO

Anexos Publicados:

Período de Referência: 4º bimestre

Data de publicação: 2015-09-17

Local: MURAL PUBLICO

Anexos Publicados:

Período de Referência: 5º bimestre

Data de publicação: 2015-11-18

Local: MURAL PUBLICO

Anexos Publicados:

No Bimestre analisado constatou-se a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, conforme demonstra o quadro a seguir:

Período de Referência: 1º semestre

Data de publicação: 2015-07-09

Local: MURAL PUBLICO

Anexos Publicados:

Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Um importante mecanismo de controle social da Administração Pública foi trazido pela Lei de Responsabilidade Fiscal previsto no § 4º do artigo 9º, estabelecendo que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição.

No Exercício analisado constatou-se a realização da referida Audiência Pública, conforme demonstrativo:

OBJETO: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

PERÍODO: Terceiro Quadrimestre de 2015

DATA: 09/02/2015

PARTICIPANTES: 6

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Mural Publico

LOCAL: Camara Municipal de São Martinho

OBJETO: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

PERÍODO: Segundo Quadrimestre de 2015

DATA: 02/10/2015

PARTICIPANTES: 5

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Mural Publico

LOCAL: Camara Municipal de São Martinho

OBJETO: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

PERÍODO: 1º quadrimestre

DATA: 15/06/2015



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

PARTICIPANTES: 5

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Mural Publico

LOCAL: Camara Municipal de São Martinho

OBEJETO: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

PERÍODO: Primeiro Quadrimestre de 2015

DATA: 15/06/2015

PARTICIPANTES: 5

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Mural Publico

LOCAL: Camara Municipal de São Martinho

Audiências Públicas de Discussão dos Instrumentos de Planejamento

Também em relação à elaboração dos instrumentos de Planejamento da Administração Pública a Lei de Responsabilidade Fiscal buscou garantir a participação popular, com escopo de que os anseios da sociedade sejam efetivamente contemplados em tais planos (PPA, LDO e LOA). Até há pouco tempo a elaboração dos planos era prerrogativa única e exclusiva da estrutura estatal. A novel legislação traz revolucionária visão da administração pública no sentido de demonstrar que os detentores do Poder (e seus burocratas) não são, por si só, os donos da verdade. Trata-se da flexibilização da democracia representativa pela democracia efetivamente participativa.

Dispõem os artigos 48 e 48-A da LRF:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009)

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I - quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009)

II - quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Audiência Pública de Discussão LDO

No Bimestre analisado constatou-se a realização da referida Audiência Pública, conforme demonstrativo:

OBEJETO: Discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

PERÍODO: 2015

DATA: 02/04/2015

PARTICIPANTES: 8

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Mural Publico, Site da Prefeitura Municipal de São Martinho

LOCAL: Prefeitura Municipal de São Martinho

Audiência Pública de Discussão LOA

No Exercício analisado constatou-se a realização da referida Audiência Pública, conforme demonstrativo:

OBEJETO: Discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA)

PERÍODO: 2015

DATA: 24/08/2015

PARTICIPANTES: 7

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Mural Público e Jornal de Circulação Local

LOCAL: Câmara Municipal de São Martinho



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

LIMITES LEGAIS DO PODER LEGISLATIVO

Demonstrativo da Execução Orçamentária do Poder Legislativo

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público (tanto na esfera do Poder Executivo como Poder Legislativo) na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações, projetos e atividades a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a “velocidade” que deve empregar à Administração Pública, incluído o Poder Legislativo. Havendo déficit deve “pisar o pé no freio”. Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá “acelerar” um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas

No confronto entre a transferência financeira recebida e a despesa empenhada do Poder Legislativo (comprometimento das dotações orçamentárias) no exercício em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ -649.945,00.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA (+)	DESPESA EMPENHADA (-)	Déficit
0,00	649.945,00	-649.945,00

Levando-se em conta a transferência financeira recebida e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou a obra executada) No Exercício analisado, os dados do Poder Legislativo do Município nos demonstram Déficit na ordem de R\$ -649.945,00.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA (+)	DESPESA LIQUIDADA (-)	Déficit
0,00	649.945,00	-649.945,00

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada do Poder Legislativo No Exercício importou em R\$ 649.945,00, equivalente a 99.99% do orçamento.

ORÇAMENTO	DESPESA EMPENHADA	%
650.000,00	649.945,00	99.99

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa onde se confirma se o material foi entregue, a obra executada ou se o serviço foi efetivamente prestado.



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

A despesa liquidada do Poder Legislativo No Exercício importou em R\$ 649.945,00, equivalente a 100.00% da despesa empenhada.

DESPEZA EMPENHADA	DESPEZA LIQUIDADA	%
649.945,00	649.945,00	100.00

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga pelo Poder Legislativo No Exercício importou em R\$ 649.945,00, equivalente a 100.00% da despesa liquidada.

DESPEZA LIQUIDADA	DESPEZA PAGA	%
649.945,00	649.945,00	100.00

Limite Máximo de 5% da Receita do Município para a Remuneração dos Vereadores

Outro limite fixado constitucionalmente para a remuneração dos vereadores é aquele previsto no inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal, o qual dispõe que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

O valor gasto na remuneração dos vereadores do Município de São Martinho no exercício analisado importou em R\$ 249.189,34 o que equivale a 2,24% da Receita. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal.

1 - RECEITAS CONSIDERADAS P/ FINS DE APURAÇÃO DE LIMITE	No Período	No Exercício	Acumulado
Receita Tributária	76.881,75	595.236,26	595.236,26
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	910,08	134.746,29	134.746,29
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.624,34	108.422,74	108.422,74
Transferências Correntes	1.174.724,18	11.540.426,05	11.540.426,05
Outras Receitas Correntes	228.503,83	597.593,97	597.593,97
I) TOTAL DAS RECEITAS	1.487.644,18	12.976.425,31	12.976.425,31

2 - DEDUÇÕES	No Período	No Exercício	Acumulado
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-159.729,21	-1.827.796,07	-1.827.796,07
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	-159.729,21	-1.827.796,07	-1.827.796,07

3 - DESPESAS COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	No Período	No Exercício	Acumulado
Subsídios	0,00	0,00	224.590,40
Contribuição Previdenciária - INSS	0,00	0,00	24.598,94
III) TOTAL DAS DESPESAS COM A REM. DOS VEREADORES	0,00	0,00	249.189,34

4 - DESPESA COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES	
Receita Arrecada nos Últimos 12 Meses (I-II)	11.148.629,24
Limite Legal (5%)	557.431,46
Despesa com a Remuneração dos Vereadores (III)	249.189,34



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Percentual Aplicado em Despesas com a Remuneração dos Vereadores (III) / (I-II) x 100	2,24%
Limite Legal (5%) - Cumprido	308.242,12

Limite Máximo de 70% da Receita da Câmara para o total da Despesa com Folha de Pagamento

Mais um limite para a despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo é o previsto no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal. Estabelece referido dispositivo:

Art. 29-A.....

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

Os quadros a seguir demonstram o comportamento destes gastos no exercício corrente.

1 - COMPARATIVO ENTRE A DESPESA ORÇADA E A REALIZADA				
DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO			
	EXERCÍCIO	%	MÉDIA BIMESTRAL	%
I) Valor Orçado	650.000,00	100,00	650.000,04	100,00
DESPESAS COM PESSOAL - Limite Máximo de 70%	EXECUÇÃO			
	No Período	%	No Exercício	%
II) Valor Orçado (1/6)	108.333,34	100,00	108.333,34	100,00
III) Limite para as Despesas do Poder Legislativo	455.000,03	70,00	455.000,00	70,00
IV) Despesas Realizadas Pelo Poder Legislativo	405.381,48	374,20	405.381,48	374,20
LIMITE LEGAL - CUMPRIDO	49.618,55	45,80	49.618,52	45,80
OUTRAS DESPESAS	EXECUÇÃO			
	No Período	%	No Exercício	%
V) Valor Orçado (1/6)	108.333,34	100,00	108.333,34	100,00
VI) Limite para as Despesas do Poder Legislativo	195.000,01	30,00	195.000,00	30,00
VII) Despesas Realizadas Pelo Poder Legislativo	244.563,52	225,75	244.563,52	225,75
LIMITE LEGAL	-49.563,51	-45,75	-49.563,52	-45,75

2 - COMPARATIVO ENTRE O RECEBIMENTO DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA E A DESPESA REALIZADA				
DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO			
	EXERCÍCIO	%	MÉDIA BIMESTRAL	%
I) Valor Orçado	650.000,00	100,00	650.000,04	100,00
DESPESAS COM PESSOAL - Limite Máximo de 70%	EXECUÇÃO			
	No Período	%	No Exercício	%
II) Valor da Transferência Financeira Recebida	0,00	100,00	0,00	100,00
III) Limite para as Despesas do Poder Legislativo	0,00	70,00	0,00	70,00
IV) Despesas Realizadas Pelo Poder Legislativo	405.381,48	0,00	405.381,48	0,00
LIMITE LEGAL - CUMPRIDO	-405.381,48	0,00	-405.381,48	0,00
OUTRAS DESPESAS	EXECUÇÃO			
	No Período	%	No Exercício	%
V) Valor da Transferência Financeira Recebida	0,00	100,00	0,00	100,00
VI) Limite para as Despesas do Poder Legislativo	0,00	30,00	0,00	30,00
VII) Despesas Realizadas Pelo Poder Legislativo	244.563,52	0,00	244.563,52	0,00
LIMITE LEGAL	-244.563,52	0,00	-244.563,52	0,00



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03



Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

José Schotten
Prefeito Municipal